



## CONSELHO GERAL DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

### ATA 1/2019

Aos oito dias do mês de janeiro de dois mil e dezanove, pelas quinze horas, teve lugar na sala de reuniões dos Serviços Centrais e da Presidência do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) a reunião nº 1/2019 do Conselho Geral do IPCB. Estiveram presentes dezassete conselheiros e o Presidente do IPCB, conforme o registo na folha de presenças (anexo 1). Os conselheiros Arlindo Ferreira da Silva e João Manuel Nunes Ventura, em representação dos docentes; os conselheiros Helena Maria de Oliveira Freitas e Joaquim Morão Lopes Dias, em representação dos elementos cooptados e o conselheiro Nuno João Casteleira Rodrigues, em representação dos alunos estiveram ausentes por motivos justificados; os conselheiros João Nuno Martins Barroso, Mariana Gomes Viegas e Samuel Filipe Monteiro Bento, em representação dos alunos, deixaram de ser alunos da instituição, conseqüentemente perderam a qualidade de conselheiros, não tendo participado na reunião.

A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da ata a reunião 07 de 26/07/2018;
2. Informações;
3. Apresentação do estudo sobre as necessidades do quadro de pessoal docente e não docente do IPCB – Elaborado pelo Grupo de Trabalho designado pelo Conselho Geral;
4. Apresentação para aprovação do Plano Estratégico 2019/2022;
5. Apresentação para aprovação do Plano de Atividades 2019;
6. Apresentação do valor das propinas para o ano letivo 2019/2020
7. Outros assuntos

Antes de dar início à reunião o Presidente do Conselho Geral desejou a todos votos de um Bom Ano, reafirmou a importância da reunião para discutir o futuro do IPCB, fez referência aos documentos que seriam apresentados, sublinhando que apontavam constrangimentos, mas também oportunidades e fundamentos objetivos para o futuro. Informou o plenário que o Secretário do Conselho Geral, o conselheiro João Manuel Nunes Ventura, não podia estar presente, mas que tinha criado as condições necessárias para que fosse a conselheira Edite Barreiros dos Santos, representante do pessoal não docente, a tirar as notas da reunião para a respetiva ata, não se opondo nenhum conselheiro.

O Presidente do Conselho Geral questionou o plenário sobre a ordem de trabalhos e não tendo sido apresentada nenhuma proposta de alteração, deu-se início à reunião.

#### Ponto 1 – Aprovação da ata anterior

O conselheiro Francisco José Freire Lucas, afirmou que no ponto 2. Aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2017 e das Contas Consolidadas de 2017, o texto não está de acordo com a declaração que enviou por e-mail, no dia 28 de julho de 2018. O Sr. Presidente do Conselho Geral afirmou que seria corrigido.

Deliberação 01\_CG\_01/2019 - A ata 7/2018, de 26 de julho de 2018, foi aprovada por unanimidade.

## Ponto 2 – Informações

---

O Presidente do Conselho Geral deu a palavra ao Presidente do IPCB que após cumprimentar os conselheiros e desejar um Bom Ano, deu nota de duas informações prévias:

Primeira informação prévia: - Informou que contactou o anterior Presidente do IPCB, o Professor Doutor Carlos Manuel Leitão Maia, no sentido de lhe prestar homenagem e de colocar a sua fotografia na galeria dos antigos Presidentes do IPCB. Sendo o Conselho Geral o órgão mais importante do IPCB, considerou que o momento que antecederesse uma reunião seria apropriado, no entanto o professor justificou que se encontrava no estrangeiro, pelo que ficará para uma próxima oportunidade.

Segunda informação prévia: - Informou sobre o Despacho 02/19 relativo à nulidade de atos certificativos relativos à licenciatura do ex-estudante Rui dos Santos Martins Esteves.

O Presidente do IPCB deu início à comunicação das informações e das atividades que ocorreram depois da última reunião até ao presente.

### a. Ensino e Resultados das colocações

Colocados nas Licenciaturas: 1000 novos alunos nas 32 licenciaturas

Vagas iniciais: 993

Colocados via Concurso Nacional de Acesso (CNA): 584 estudantes

Colocados via Concursos Especiais: 416 estudantes

Alunos internacionais: 230 novos estudantes (151 em 2017)

Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP): 303 novos estudantes em 18 cursos

Mestrados: 229 novos estudantes em 13 mestrados

87 em pós-graduações de ensino a distância

Total de 1619 novos estudantes no IPCB

Referência ao CTeSP em Comunicações Móveis a funcionar em articulação com a empresa Altran – Fundão, que teve início a 24 de setembro. No dia 14 de dezembro o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior visitou uma aula do CTeSP na Altran.

### - Outros assuntos:

8 de novembro - Apresentação dos alunos que participam em provas da FADU no ano 2018/19.

12 de novembro - Receção dos alunos provenientes de Bissau ao abrigo do protocolo com a Câmara Municipal de Bissau.

14 de novembro – assinatura em Leiria do protocolo com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), para coordenação da rede de Castelo Branco no âmbito da Parceria Competências Digitais +.

Lançamento de três cursos breves para executivos em articulação com a Associação Empresarial da Beira Interior (AEBB): Finanças para não financeiros; Gestão Administrativa de Recursos Humanos e Direito do Trabalho; Marketing e Comercialização.

#### b. Investigação

3 de outubro - Organização e participação do IPCB no Congresso Internacional do Projeto "+AGRO".

12 de outubro - Workshop: "Figo-da-índia, da produção à comercialização".

17 de outubro - Reunião da Comissão de Coordenação da Investigação (CCI).

19 de outubro - Avaliação externa da FCT à Unidade de Investigação e Desenvolvimento (UID) CERNAS.

25 de outubro – Publicação do Regulamento de Participação dos Colaboradores em Projetos de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

7 de novembro - Avaliação externa da FCT à UID - Centro de Investigação em Património, Educação e Cultura (CIPEC).

16 de novembro - Fórum de Gestão de Dados de Investigação na ESTCB (organização FCT/UMinho com apoio do IPCB).

19 de novembro - Avaliação externa da FCT à UID DiSAC.

22 de novembro - 1.º Encontro de Património, Educação e Cultura (EPEC'#1).

14 de dezembro - VII Encontro de Instituições e Unidades de eLearning do Ensino Superior, este ano subordinado ao tema "Competências Digitais no Ensino Superior".

#### c. Prestação de Serviços – Terceira Missão

17 de setembro – Assinatura de protocolo com a UNESCO – Clube Unesco.

18 de setembro - Audição Pública sobre "Potencial Humano e Desenvolvimento Pessoal" do "Portugal 2030" promovida pela Assembleia da República, através da Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da Estratégia «Portugal 2030» (CE PT 2030).

26 de setembro - Assinatura do Protocolo com o Parque Natural do Tejo Internacional. Valor do protocolo: 168 000 euros.

10 de outubro - Conferência do Politécnico "Rio Tejo: Desafios e Oportunidades" – António Carmona Rodrigues.

25 de outubro – Publicação do Regulamento de Prestação de Serviços Especializados ao Exterior do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

26 de outubro - I Fórum Nacional do Ensino Agrário.

Outubro – dia mundial do AVC – ESALD.

14 de novembro – Conferência do politécnico - Rede de Educação Superior e Desenvolvimento das Regiões – Professor Júlio Pedrosa.

Reuniões com várias empresas: Auchan, Produteck, Câmaras Municipais.

d. Visitas - delegações

17 de setembro - Reunião e assinatura de Protocolo com a reitora do Instituto Federal do ACRE – Brasil.

6 de dezembro - Visita de delegação do Instituto Politécnico de Macau.

7 de dezembro - Visita da delegação da Universidade Federal do Sul da Rússia e assinatura de protocolo.

10 de dezembro - Visita de delegação da Câmara Municipal de Bissau e assinatura de adenda ao protocolo existente.

11 de dezembro - Visita de delegação do IFARUH, Instituto para la Formación y Aprovechamiento de Recursos Humanos – Panamá.

e. Organização interna

Reforço do CEDER com duas pessoas que vieram das escolas, ESALD e ESART.

22 de novembro - Auditoria da APCER ao Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) do IPCB, sendo de referir evolução e consolidação do Sistema.

18 de dezembro de 2018: Notificação da aprovação da candidatura nº centro-03-5674-FEDER-000002 para equipar laboratórios afetos aos CTESP - Investimento elegível total 478.625,27 euros (comparticipado a 85%).

2 de janeiro - Entrada em funcionamento do sistema de gestão documental EDOC.IPCB.

f. Recursos Financeiros

Dia 27 de julho o Presidente deslocou-se a Lisboa para ser recebido pelo Grupo de Trabalho que assessoria o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior que acompanha a execução orçamental das IES do país. O Presidente adiantou que em novembro o IPCB recebeu um Reforço de 500 000€, acrescido posteriormente de um outro Reforço de 160 235€ e para poder efetuar

pagamento dos salários de dezembro ainda um Reforço adicional de 813 391€. Referiu-se de seguida aos constrangimentos financeiros da instituição.

O conselheiro Henrique Manuel Pires Teixeira Gil prestou informações sobre os seguintes aspetos:

- Inclusão do IPCB na secção de Educação a Distância da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação com participação no seu 1º Encontro Nacional no dia 13 de julho de 2018, na Universidade de Aveiro, com apresentação de uma comunicação «O e-Learning no Instituto Politécnico de Castelo Branco: notas sobre o seu percurso».
- Assinatura do protocolo com inclusão do IPCB na «Associação de Educação a Distância dos Países de língua Portuguesa que ocorreu no dia 28 de novembro de 2018, na Universidade Aberta – Lisboa. Foram apresentados três grupos de trabalho e de reflexão, tendo o IPCB integrado o grupo de «Inovação pedagógica» que tem como coordenadora a Reitora da Universidade de Cabo Verde.
- Organização conjunta tripartida (Universidade Aberta, IPCB e Universidade do Algarve) do eL@IES 2018 – Encontro Instituições e Unidades de e-Learning do Ensino Superior» que decorreu no dia 14 de dezembro, na Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Estiveram presentes 104 participantes oriundos de todo o país e foram apresentados 22 posters. Foi um espaço de troca e de partilha de experiências e que teve como corolário o reconhecimento e a legitimação do IPCB junto da comunidade educativa e científica no âmbito do ensino a distância junto das instituições de ensino superior de Portugal onde se promove esta modalidade formativa.
- Dados referentes à oferta formativa a distância do IPCB:

Matriculados em Cursos UAb/ IPCB					
Curso/ Ano letivo	2015-2016	2016-2017	2017-2018	2018-2019	Total
PG em Gestão de Negócios	19	23	30	39	111
PG em Proteção Civil	18	19	24	34	95
PG em Sistemas de Informação Geográfica	Sem oferta	Sem oferta	Candidatos insuficientes	14	14
PG em Reabilitação Sustentável de Edifícios	18	Candidatos insuficientes	Candidatos insuficientes	Candidatos insuficientes	18
PG em Design e Fabrico Integrado por Computador	Sem oferta	Sem oferta	Candidatos insuficientes	Candidatos insuficientes	0
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>42</b>	<b>54</b>	<b>87</b>	<b>238</b>

O conselheiro Jorge Salvador Pinto de Almeida sugeriu a possibilidade e colocar no mapa apresentado, os estudantes do ensino à distância.

A conselheira Maria da Natividade Carvalho Pires referiu que nos estudantes internacionais não constam os 50 estudantes de Macau e que seria interessante existir um documento onde tal estivesse referido, ao que o Presidente do IPCB respondeu que o relatório de atividades irá refletir essa informação do ano 2018.

O conselheiro Francisco José Freire Lucas interveio no sentido de alertar para o número mínimo de candidatos para iniciarem os CTeSP - Curso Técnico Superior Profissional, e chamou a atenção para o facto de os CTeSP's continuarem a alimentar, por exemplo, o curso de Licenciatura em Engenharia Civil da ESTCB. Referiu que é necessário encontrar uma situação de equilíbrio entre o fator económico e o que está a acontecer (falta de alunos).

O Presidente do IPCB respondeu que concorda com a opinião manifestada pelo conselheiro Francisco Lucas, mas que temos sempre que assegurar a viabilidade financeira de todos os cursos.

O conselheiro Francisco José Freire Lucas reafirmou que o Curso de Licenciatura em Engenharia Civil da ESTCB está acreditado pela A3ES pelo prazo máximo, que há condições para funcionar, mas não existem alunos.

### Ponto 3 – Grupo de trabalho

---

O Coronel José Alves apresentou o estudo sobre as necessidades do quadro de pessoal docente e não docente do IPCB, elaborado pelo Grupo de Trabalho designado pelo Conselho Geral. Fez referência ao facto dos dados recolhidos se encontrarem todos nos serviços de recursos humanos do IPCB. Importa referir que o relatório foi previamente enviado aos conselheiros.

Seguiu-se um período de discussão onde intervieram o(a)s conselheiro(a)s Jorge Salvador Pinto de Almeida, Maria da Natividade Carvalho Pires, António Manuel Moitinho Nogueira Rodrigues e Francisco José Freire Lucas.

O Presidente do IPCB agradeceu ao grupo de trabalho e valorizou os resultados a que chegaram como um contributo importante para o IPCB.

O conselheiro Paulo Fernando referiu vários aspetos, nomeadamente a situações complexa da situação financeira, a questão paradoxal quando se afirma que existe falta de pessoal, mas 95% do orçamento é para despesas com pessoal ou ainda que serão necessárias convicções fortes para as estratégias a definir. Como reflexão questionou sobre como se resolve o problema da expectativa das carreiras? Como é que se vai lidar com a questão de flexibilizar o quadro de oferta e a adaptabilidade ao mercado? Se precisamos contratar pessoas para fazer de tudo um pouco? Referiu ainda que as contratações trazem novas sinergias à instituição e questionou que caminho queremos para a instituição?

O Presidente do Conselho Geral felicitou o Grupo de Trabalho pelos resultados, agradeceu os contributos que são muito válidos e completam o estudo para que a tomada de decisão seja mais eficaz.

### Ponto 4 - Apresentação para aprovação do Plano Estratégico 2019/2022

---

Presidente do IPCB apresentou a metodologia e o Plano Estratégico 2019/2022 (anexo 4)

Após a apresentação, vários conselheiros tomaram da palavra.

O conselheiro José Carlos Dias Duarte Gonçalves referiu-se aos seguintes assuntos:

- Medidas vs objetivos
- Investigação, desenvolvimento e inovação, as medidas desanimam
- Remuneração direta ao investigador
- Dúvidas sobre a burocracia dos 2 regulamentos sobre PS e investigação

O conselheiro Henrique Manuel Pires Teixeira Gil referiu:

*“ Bem estruturado, coerente, assertivo, pragmático e com bases para se poder avançar para um IPCB sustentado.*

*Algumas propostas: na página 18 deve ser incluída a área de Gerontologia e da Educação Inclusiva; na página 21 poderão ser incluídos os dados da oferta formativa a distância, informação só agora disponibilizada; página 29, nas Oportunidades, deverá ser incluída a formação a distância e o incremento da digitalização inclusiva e ainda a criação das UID e, nos pontos Fracos, o envelhecimento do corpo docente (depende da perspetiva de análise) e estagnação de progressão na carreira (página 41); página 36 (estão implícitas as UID); página 41 a referência à educação inclusiva; página 47 poderá incluir-se a digitalização, no seu sentido mais lato”.*

A conselheira Maria da Natividade Carvalho Pires concordou com os objetivos, mas referiu que os regulamentos aprovados condicionam a concretização dos mesmos. A motivação não estará em linha com os regulamentos.

O Presidente do IPCB respondeu que os documentos estiveram em consulta pública durante bastante tempo, foram recolhidos contributos dos órgãos que foram na sua maioria considerados. Discorda que os regulamentos possam desmotivar a participação dos docentes, adiantando que os mesmos clarificam as condições de participação de cada docente. Adiantou ainda que até a presente data não foi proposta qualquer revisão aos mesmos.

O conselheiro José Carlos Dias Duarte Gonçalves alertou para o facto dos referidos regulamentos estarem aprovados desde 2009, mas não estavam codificados em SGQ.

O conselheiro Paulo Fernandes questionou sobre como é que se compensa o delta da perda de procura, no que se refere à internacionalização e à investigação o que tem o IPCB para oferecer? Atender ao problema versos a oportunidade, à complementaridade versos a transversalidade. Mencionou que as escolas têm de interagir entre si, dado que cada uma delas é uma área de conhecimento. Referiu ainda que a falha das estruturas intermédias dificulta o processo para de facto se dar um pequeno salto relativamente às áreas transversais deveriam ser analisadas e o contributo que isso pode dar para atenuar o delta da perda de procura.

Deliberação O2\_CG\_01/2019 – o Plano Estratégico 2019/2022 foi aprovada com dezassete votos a favor e uma abstenção.

## Ponto 5 - Apresentação para aprovação do Plano de Atividades 2019

O Presidente do IPCB apresentou Plano de Atividades 2019 (anexo 5).

Após a apresentação, vários conselheiros colocaram questões e apresentaram propostas.

O conselheiro Jorge Salvador Pinto de Almeida congratulou-se com a melhoria nas infraestruturas, pelo facto de cada UO dispor de 10000€, o que demonstra autonomia de ação e propôs a instalação de Placas solares na ESALD.

A conselheira Edite Barreiros dos Santos questionou relativamente ao serviço de limpeza e à falta de afetação de assistentes operacionais nesse serviço nas escolas.

O Presidente do IPCB respondeu que se está a estudar a viabilidade de se concessionar parte desse serviço a uma entidade externa ou abrir concursos para assistentes operacionais para reforçar o serviço de limpeza.

O conselheiro José Carlos Dias Duarte Gonçalves referiu:

*“Nesta apreciação do Plano de Atividades para 2019, considero oportuno tecer algumas considerações sobre problemáticas atuais da nossa Instituição, que se traduzem, na minha opinião, num desfasamento entre aquilo que tem sido o discurso público dos responsáveis, as intenções e propostas, nomeadamente as que nos são apresentadas neste Plano de Atividades para 2019, e a realidade que todos nós vivemos no dia-a-dia.*

*Começo por sublinhar que numa qualquer organização é senso comum considerar que o mais importante são as pessoas e, numa instituição de ensino superior como a nossa, esta questão assume ainda uma maior relevância. Neste universo englobo os docentes, os não docentes e os alunos, pois todos nós fazemos parte deste todo. No nosso contexto são as pessoas que fazem da instituição aquilo que ela é: uma instituição cuja principal missão é formar, transmitir conhecimentos, promover competências e contribuir, senso lato, para o bem-estar dos cidadãos.*

*Julgo também que todos concordaremos que a gestão de uma instituição deve ser feita sempre numa perspetiva de aumentar a sua qualidade, a eficiência e eficácia a todos os níveis, mas nunca, repito, nunca, deixando que a visão economicista se sobreponha aquilo que é a sua verdadeira missão, que atrás referi, sob pena de comprometermos a qualidade que tanto almejamos. Uma IES não é, nem nunca poderá ser, uma empresa.*

*É neste contexto que tenho visto com uma certa apreensão a adoção de algumas medidas e a transmissão de algumas orientações recentes, no sentido de contenção de despesa e que, mais cedo ou mais tarde, acabarão por ter consequências científicas e pedagógicas indesejáveis. Refiro apenas 2 exemplos, a medida de pagamento das visitas de estudo e as orientações sobre a distribuição de serviço docente/contratações.*

*A medida que referi, do pagamento pelos alunos de despesas com visitas de estudo (sendo desde logo de estranhar que este custo seja imputado aos alunos, mas não o seja também ao docente) que poderá ter passado despercebida, mas que não deixa de ser simbólica pela filosofia de formação que representa. Estranho esta medida, repito, e não posso deixar de manifestar a minha oposição a alguns dos considerandos do despacho, nomeadamente, o de que “as visitas de estudo têm natureza facultativa sendo, portanto, atividades complementares ao processo de ensino aprendizagem”. Não poderia estar mais em desacordo com esta desvalorização por este tipo de atividades, tanto mais quando apregoamos que o IPCB tem que se aproximar mais do tecido empresarial e que os alunos necessitam de conhecer o contexto real das formações que frequentam. Sei as questões que se levantam, por vezes, com estas visitas, pelo que seria favorável à prestação de uma caução por parte dos alunos, mas nunca ao pagamento, mesmo que parcial, do seu custo.*

*No que concerne às orientações sobre a distribuição de serviço docente, aquilo que estamos a assistir em muitos casos, é a atribuição de unidades curriculares a docentes só para lhes completar o horário, o que faz com que estes docentes passem a ter que lecionar matérias e conteúdos que pouco ou nada têm a ver com o seu percurso académico e de investigação, sendo fácil de prever que a consequência direta desta medida economicista será uma menor qualidade do ensino e da formação. Na outra face da moeda estão os docentes com cargas horárias muito elevadas, que ultrapassam em muito o legalmente previsto, o que, facilmente antevemos, acarretará também graves consequências à qualidade do ensino e investigação prestada por esses docentes. Isto para já não mencionar os casos de docentes que somam nos dois semestres sete ou mais unidades curriculares diferentes, o que põe em causa a sua disponibilidade para a necessária atualização científica permanente, para a investigação, para o acompanhamento individualizado dos alunos e para a prestação de serviços à comunidade.*

*Se juntarmos a tudo isto que acabei de descrever a sobrecarga a que temos sido sujeitos com documentos relacionados com o SGQ, os diversos processos administrativos académicos e atividades de gestão institucional, entre outros, começamos a perceber a razão do cansaço e da*

desmotivação generalizada, que muitos colegas verbalizam e expressam. Sinto, pois, que ao nível do corpo docente do IPCB, a situação se tem vindo a agravar notoriamente nos últimos anos.

Esta realidade acaba de ser confirmada pelo Relatório que aqui hoje foi apresentado, que, para quem conhece a instituição, nada trouxe de novo, mas que permite de uma forma muito mais sistematizada dispor de números concretos sobre os graves problemas que temos no corpo docente do IPCB nas suas várias componentes e escolas.

Esta perspetiva de desfazamento a que me tenho referido, agrava-se ainda mais quando analisamos então a proposta do Relatório de Atividades para 2019.

Da sua leitura podemos constatar que as palavras mais usadas na apresentação dos objetivos institucionais são: diversificar, promover, fomentar, fortalecer, avaliar, melhorar, valorizar e implementar. Tudo isto numa perspetiva de aumentarmos as nossas capacidades formativas, de investigação e de prestação de serviços, a terceira missão como refere o documento.

Ora tudo isto só se consegue se tivermos recursos humanos que se ajustem a estas necessidades. E o retrato que nos é feito pelo Relatório demonstra que estamos muito aquém daquilo que seriam as necessidades atuais, pelo que as futuras ficam, assim, ainda muito mais comprometidas.

Mas aquilo que se perspetiva para 2019 é, no meu entender, ainda mais grave, e é aqui que o desfazamento e as contradições entre aquilo que se preconiza e a realidade que referi, se acentua.

Se olharmos para os objetivos, medidas e indicadores no âmbito do Eixo Pessoas, (quadro 4, p. 34 e 35) podemos ler no 2.º Objetivo: "Proceder à renovação do corpo docente e proporcionar a progressão na carreira" propondo-se 2 medidas, a n.º 36: "Analisar detalhadamente o relatório elaborado pelo grupo de trabalho do CG e definir plano de intervenção" e aqui estaremos todos de acordo, mas a medida 37 propõe: "Analisar detalhadamente os processos de contratação e promover a redução da massa salarial por UO" e a meta a atingir para cumprir é "Menor que o valor de 2018". Sobre isto, para não me alongar, apenas 2 notas:

Não há qualquer referência aos colaboradores não docentes neste objetivo e nas respetivas medidas! Pelo exposto não consigo perceber como será possível conciliar o objetivo com as medidas e meta definidas. Mesmo não tendo em conta as necessidades prementes de abertura de novos lugares de professor adjunto para suprir as necessidades conhecidas, mas considerando apenas a obrigatoriedade de progressões na carreira por via dos descongelamentos nos escalões, e a proposta de abertura de lugares para professor coordenador de forma a dar expectativas legítimas de progressão de carreira aos colegas doutorados que estão há anos/décadas como professores adjuntos, confesso que não sei como é que a presidência pretende conciliar estas questões.

Ainda relativo ao Plano de Atividades não posso também deixar de referir a minha preocupação com a dotação orçamental/Meta proposta para o Eixo Infraestruturas: 10.000€ para promover melhorias nas UO e 10.000€ para os refeitórios. São verbas claramente insuficientes face às necessidades.

A este propósito permito-me referir duas situações em concreto face ao perigo que atualmente representam: uma é a situação de risco para pessoas e animais da estrutura de suporte da vacaria e ovil da Escola Agrária, apesar de, tanto quanto julgo saber, o IPCB terá já recebido verbas por parte da seguradora para efetuar reparações, e a segunda, que embora não tenha sido considerada de alto risco, não deixa de levantar preocupações e que são as coberturas mais uma vez do ovil e da vacaria da ESA mas também, a maioria das coberturas da Escola Superior de Educação que, como sabemos, têm amianto. Urge resolver estas situações recorrendo a mecanismos e programas de apoio, problemas estes talvez até mais importantes do que as intervenções de eficiência energética que, nalguns casos são de justificação questionável.

Não trouxe para esta análise muitas outras componentes que fazem parte da nossa missão, tais como projetos, intervenção cultural e social, entre outras, tudo isto graças ao extraordinário desempenho de docentes e não docentes que reforçam, em muito, todas as questões que atrás fui referindo.

Obviamente que sou, como já o disse, e aliás o demonstrei em muitas das situações em que fui também responsável por funções de gestão, totalmente favorável a todas as medidas que possam ser implementadas numa perspetiva de racionalizar recursos, mas nunca de uma forma que

*comprometer a qualidade da nossa missão. Daí que deixo um apelo, sabendo que estão neste Conselho representantes da sociedade civil com importantes responsabilidades a nível local, regional e político, mas também ao Sr. Presidente do IPCB, para que possam ser agentes de pressão sobre as entidades responsáveis por garantir a coesão territorial uma vez que, como sabemos, as IES são um pilar insubstituível nestes territórios agora chamados de baixa densidade”.*

Deliberação 03\_CG\_01/2019 – o Plano de Atividades 2019 foi aprovada com dezassete votos a favor e uma abstenção.

#### Ponto 6 - Apresentação do valor das propinas para o ano letivo 2019/2020

O Presidente do IPCB apresentou a proposta para o valor das propinas no ano letivo 2019/2020 (anexo 6).

Deliberação 04\_CG\_01/2019 – a proposta para o valor das propinas no ano letivo 2019/2020 foi aprovada por unanimidade.

#### Ponto 7 - Outros assuntos

A minuta da ata foi aprovada por unanimidade, com dezoito votos.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que após aprovação do Conselho será assinada pelo Presidente do Conselho Geral e por mim que a secretariei.

O Presidente

Vitor Santos

(Professor Doutor Vitor Manuel da Silva Santos)

A Secretária (em substituição)

Edite Santos

Edite Barreiros dos Santos